

A ilusão do embargo ao petróleo da Rússia

José Pedro Teixeira Fernandes | *Público* | 06/05/2022

O embargo à compra do petróleo e seus derivados muito dificilmente irá provocar uma travagem da máquina de guerra russa, pelo menos nos próximos meses.

1. A boa consciência europeia acordou nas últimas semanas sob um efeito de choque: com a compra de substanciais quantidades de gás natural e de petróleo à Rússia a Europa financia a guerra contra a Ucrânia. Para mobilizar a opinião pública contra esse negócio inadmissível, organismos da sociedade civil europeia fazem uma contagem, quase em tempo real, dos elevadíssimos valores que os europeus já transferiram para a Rússia em pagamento de combustíveis fósseis. Estes superam os 52 mil milhões de euros desde a data fatídica de 24 de Fevereiro (o início da invasão russa da Ucrânia). Face a esta pressão da opinião pública europeia, a Comissão Europeia avançou, a 4 de Maio, com uma proposta de embargo total à compra de petróleo da Rússia a implementar até ao final de 2022, o qual actualmente representa mais de 1/4 do abastecimento europeu. O propósito deliberado é cortar essa crucial fonte de financiamento da guerra para a Rússia, pois o mercado europeu atingiu um valor de cerca de 53% das suas vendas em 2020. À primeira vista, este sancionamento europeu irá dar um golpe fatal na Rússia, asfixiando a sua economia e máquina de guerra. Todavia, a realidade é bem mais complexa e aponta noutro sentido.

2. Apenas a questão do embargo total ao petróleo e derivados da Rússia é aqui analisada, pois foi essa a medida anunciada pela Comissão Europeia. Pelas suas especificidades (desde logo a necessidade de uma rede de gasodutos e terminais de gás), o caso do gás natural necessitaria de uma análise própria que aqui não é feita. Apesar de estarmos no âmbito do fornecimento de energia, não é adequado tratar os dois casos como se fossem idênticos. No caso do petróleo, a primeira interrogação que a eficácia do anunciado embargo europeu enfrenta é saber em que termos exactos irá ser adoptado e implementado pelos diferentes Estados. Importa notar que a decisão de proibir a compra de petróleo e derivados à Rússia não é da Comissão, mas do conjunto dos Estados-Membros e esta ainda não foi tomada. Necessitará de uma aprovação unânime, em princípio no Conselho Europeu de 30-31 de Maio. Nesta altura, o que está em discussão é ainda uma proposta que poderá sofrer alterações de maior ou menor dimensão. Pelos dados que são públicos, existem, na proposta da Comissão, excepções previstas para a Hungria e a Eslováquia poderem continuar a comprar petróleo à Rússia até 2023. Para além disso, Estados como a República Checa e a Áustria — tal como a Hungria e Eslováquia muito dependentes do abastecimento russo e sem acesso ao mar — já levantaram também objecções à medida. Como é facilmente compreensível, as excepções que aí ficaram previstas poderão alterar substancialmente, ou confirmar, a ideia de um embargo total até finais de 2022.

3. Mas não são apenas as eventuais divisões europeias que poderão retirar eficácia ao embargo europeu no petróleo e seus derivados à Rússia. Mesmo que sejam ultrapassadas, como parece que será o caso (aqui a mudança de posição da Alemanha foi fundamental), é necessário ter claro que a maioria dos Estados do

mundo (embora tenham condenado a invasão), não aplicaram quaisquer sanções económicas à Rússia pela invasão da Ucrânia. Na realidade, as sanções são uma medida restrita ao Ocidente político, ou seja, de cerca de 40 Estados em quase 200 no mundo. Aqui começa o problema maior. Apesar de o Ocidente continuar a ter grande importância política, militar e económica já não tem a supremacia esmagadora que teve no passado, o que é cada vez mais evidente no terreno da economia. Em termos muito óbvios, o afastamento da China e da Índia dessas sanções à Rússia mostra essa realidade. Por isso, uma coisa seria, como resultado do embargo europeu, dos EUA e de outros países ocidentais, a Rússia não ter onde vender o petróleo nos mercados internacionais. Aí seguramente sofreria um choque abrupto e uma enorme queda de receitas que, mais cedo ou mais tarde, colocaria em causa o financiamento da guerra. Outra coisa é ter importantes economias, sobretudo na Ásia, que são até as que estão em maior ritmo de crescimento, interessadas em comprá-lo, de uma forma aberta ou dissimulada, o que é a realidade actual. Este contexto permite anular largamente, pelo menos se o preço do petróleo se mantiver elevado, o efeito do boicote europeu.

4. Para redireccionar as suas vendas de petróleo e derivados para a Ásia, a Rússia terá de enfrentar problemas mais ou menos complexos. As suas exportações actuais estão direccionadas para os mercados da Europa em cerca de 50%, pelo que, naturalmente, a logística e infra-estruturas de exportação seguem a mesma lógica — o que é sobretudo evidente no caso dos oleodutos que a ligam aos países do leste europeu. Isto implicará encontrar alternativas logísticas, por via terrestre ou por via marítima, com um inerente aumento de custos e outras dificuldades técnicas. Todavia, o problema não é só da Rússia. A União Europeia terá de encontrar também alternativas, provavelmente no Médio Oriente, mas essa é outra área do mundo que não mostrou qualquer vontade em sancionar a Rússia. Pelo menos até agora, os interesses da generalidade dos países da OPEP convergem bem mais com a Rússia do que com os do Ocidente. Em conjunto, os países OPEP+, que inclui a Rússia, partilham de um interesse similar num preço do petróleo elevado. Tentam tirar o máximo partido do actual contexto, onde a turbulência geopolítica e as dificuldades da transição energética, sobretudo dos europeus, lhes dão possibilidade de aumentar significativamente as receitas. A isto acrescem problemas logísticos, técnicos e ambientais também para os europeus. Apenas um exemplo: as refinarias que trabalham com petróleo da Rússia terão de ser adaptadas às características do petróleo do Médio Oriente, mas esse novo investimento no sector petrolífero está em rota de colisão com os objectivos de uma economia descarbonizada.

5. O tempo e complexidades do embargo não são o da pressão da opinião pública ocidental, nem o da urgência de ajudar a Ucrânia. A opinião pública tem a expectativa de um corte imediato e de um dano que faça a Rússia sofrer muito e parar a guerra. Mas o embargo à compra do petróleo e seus derivados muito dificilmente irá provocar uma travagem da máquina de guerra russa, pelo menos nos próximos meses. Se os preços se mantiverem elevados — ou subirem, como aconteceu após o anúncio da proposta da Comissão Europeia —, o efeito das sanções acabará por ser largamente absorvido pela economia russa. Para além disso, como o boicote europeu à compra será implementado gradualmente ao longo de 6 meses (veremos em que termos exactos), só durante 2023 as consequências maiores serão sentidas pela Rússia. Tudo dependerá também, como explicado

anteriormente, da capacidade de a Rússia encontrar rapidamente alternativas que lhe garantam a sua colocação do petróleo noutros mercados, sendo as economias da Ásia a sua alternativa natural. É relevante aqui lembrar que há circuitos internacionais estabelecidos para contornar sanções, como mostra bem o caso do Irão. Traçar a origem do petróleo pode ser muito mais difícil do que parece, sobretudo quando este é misturado com petróleo de outras origens para refinação, ou são usadas outras técnicas ilícitas mais ou menos engenhosas para ocultar a sua origem. Assim, exceptuada uma quebra enorme do preço do petróleo para valores consistentemente abaixo dos 60 ou 50 dólares — o que, a ocorrer, nada terá a ver com o embargo europeu que tende até a fazer aumentar o seu preço — não é expectável que a Rússia seja impedida de continuar a guerra na Ucrânia.

<https://www.publico.pt/2022/05/06/mundo/analise/ilusao-embargo-petroleo-russia-2005017>